



JORNAL OFICIAL

Terça-feira, 8 de Junho de 2010



Série

Número 106

Suplemento

Sumário

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Aviso

ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE 1 POSTO DE TRABALHO NA CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL DA ÁREA OPERACIONAL GERAL DO MAPA DE PESSOAL DA ESCOLA BÁSICA DOS 2.º E 3.º CICLOS DA TORRE.

Aviso

ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE 1 POSTO DE TRABALHO NA CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO DA ÁREA DE ACTIVIDADE DE APOIO ADMINISTRATIVO GERAL DO MAPA DE PESSOAL DA ESCOLA BÁSICA DOS 2.º E 3.º CICLOS DE SANTO ANTÓNIO.

Aviso

ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE 1 POSTO DE TRABALHO NA CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL DA ÁREA OPERACIONAL GERAL DO MAPA DE PESSOAL DA ESCOLA BÁSICA DOS 2.º E 3.º CICLOS DE SANTO ANTÓNIO.

Aviso

ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE 1 POSTO DE TRABALHO NA CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL DA ÁREA OPERACIONAL GERAL DO MAPA DE PESSOAL DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA BISPO D. MANUEL FERREIRA CABRAL.

Aviso

ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE 1 POSTO DE TRABALHO NA CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL DA ÁREA OPERACIONAL GERAL DO MAPA DE PESSOAL DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE FRANCISCO FRANCO.

Aviso

ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE 1 POSTO DE TRABALHO NA CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR NA ÁREA DE ACTIVIDADE DE DIREITO DO MAPA DE PESSOAL DA DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO.

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DIRECÇÃO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA

Aviso

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE 1 POSTO DE TRABALHO NA CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL DA ÁREA OPERACIONAL GERAL DO MAPA DE PESSOAL DA ESCOLA BÁSICA DOS 2.º E 3.º CICLOS DA TORRE

1. Nos termos do disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público que, por meu despacho de 2 de Junho de 2010, no uso da delegação de competências prevista no ponto 1.1 do Despacho n.º 46/2008, de 7 de Maio, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira n.º 102, II Série, de 29 de Maio, se encontra aberto o procedimento concursal comum para ocupação de 1 posto de trabalho na carreira geral de assistente operacional, categoria de assistente operacional, da área operacional geral, do mapa de pessoal da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos da Torre, na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.
 - 1.1. Não foi efectuada consulta prévia à Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), nos termos do n.º 1 do artigo 4.º e do artigo 54.º da referida Portaria, por a mesma não se encontrar constituída.
2. Legislação aplicável: Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro e Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, adaptado à RAM pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2001/M, de 24 de Agosto e Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.
3. Local de trabalho: Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos da Torre, sito ao Sítio da Torre, 9300-066 Câmara de Lobos.
4. Caracterização do posto de trabalho: os trabalhos a desenvolver incidem sobre tarefas inerentes à carreira de assistente operacional, nos termos do anexo referido no n.º 2 do artigo 49.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, enquadradas nas tarefas de atendimento, encaminhamento de utilizadores da escola, controle de entradas e saídas, cooperação nas actividades que visem a segurança dos alunos na escola, limpeza, arrumação, conservação e boa utilização das instalações, bem como do material e equipamento didáctico e informático necessário ao desenvolvimento do processo educativo; exercício de tarefas de apoio aos serviços de acção social escolar, prestação de apoio e assistência em situações de primeiros socorros, estabelecer ligações telefónicas, prestar informações e reproduzir documentos com utilização de equipamento próprio, efectuando pequenas reparações ou comunicando as avarias verificadas. De acordo com o disposto no artigo 43.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro

o trabalhador está igualmente obrigado à realização de outras funções, não expressamente mencionadas, para as quais detenha a qualificação adequada e que não impliquem desvalorização profissional.

5. Requisitos de admissão:

- 5.1. Poderão candidatar-se os indivíduos com ou sem vínculo à Função Pública, que satisfaçam os seguintes requisitos gerais e especiais até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.
- 5.2. Requisitos gerais, de acordo com o previsto no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro:
 - a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional, ou lei especial;
 - b) 18 anos de idade completos;
 - c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
 - d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
 - e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.
- 5.3. Requisitos especiais:
 - a) Possuir escolaridade obrigatória, conforme a idade dos candidatos;
 - b) Tendo em conta os princípios de racionalização e eficiência que devem presidir a actividade na administração pública e obtidos os pareceres favoráveis da Secretaria Regional do Plano e Finanças e Vice-Presidência do Governo Regional, datados respectivamente de 30/12/2009 e 22/03/2010, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, são admitidas candidaturas de trabalhadores com ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida por tempo indeterminado, determinado ou determinável, sendo que para efeitos de ocupação dos postos de trabalho objecto de publicitação serão respeitadas as regras previstas nas disposições conjugadas do artigo 6.º com a alínea d) do n.º 1 do artigo 54.º e artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com o artigo 37.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, ou seja os candidatos aprovados e constantes da lista unitária de ordenação final são chamados para efeitos de recrutamento pela seguinte ordem: 1.º SME - Candidatos em Situação de Mobilidade Especial; 2.º Candidatos com relação jurídica de

- emprego público previamente estabelecida por tempo indeterminado; e 3.º Restantes Candidatos.
6. Nos termos da alínea l) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento.
 7. Posicionamento remuneratório: tendo em conta o disposto no n.º 1 do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o posicionamento do trabalhador recrutado numa das posições remuneratórias da categoria é objecto de negociação com a entidade empregadora pública que terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal. Tratando-se de candidato com relação jurídica de emprego público previamente estabelecida por tempo indeterminado, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2009/M, de 12 de Janeiro conjugado com a alínea d) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, será o mesmo colocado na 1.ª posição remuneratória da categoria de Assistente Operacional, 1.º nível remuneratório da tabela única.
 8. Período experimental: o período experimental decorrerá nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e terá a duração de 90 dias, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.
 9. Prazo de apresentação das candidaturas: 10 dias úteis a contar do dia útil seguinte à publicação do presente aviso no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira.
 10. Formalização da candidatura:
 - 10.1. As candidaturas deverão ser obrigatoriamente apresentadas mediante o preenchimento do “*Formulário de Candidatura*” aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 89, de 8 de Maio de 2009, a adquirir na recepção da Direcção Regional de Administração Educativa, sita ao Edifício Oudinot, 4.º andar, 9061-901 Funchal, no Balcão da Secretaria Regional de Educação e Cultura da Loja do Cidadão, sito à Avenida Arriaga, Funchal, ou na Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos da Torre, sito ao Sítio da Torre, 9300 - 066 Câmara de Lobos, podendo ainda ser imprimido da página electrónica desta Direcção Regional, no endereço www.madeira-edu.pt/drae, no separador “*Pessoal não Docente*”, “*Concursos*”.
 - 10.2. Para efeitos de apresentação da candidatura, o código da publicação do presente procedimento é o seguinte: 24/2010.
 - 10.3. A candidatura deve ser obrigatoriamente acompanhada dos seguintes documentos:
 - a) Fotocópia do certificado de habilitações ou outro documento idóneo legalmente reconhecido para o efeito;
 - b) Declaração do serviço, caso o candidato detenha uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, onde se encontre, atestada de forma inequívoca essa condição bem como a carreira e categoria de que seja titular, da actividade que executa e do órgão ou serviço onde exerce funções.
 - 10.4. A não entrega dos documentos referidos no ponto anterior, até ao término do prazo de apresentação de candidatura, determina a exclusão do procedimento concursal.
 - 10.5. As candidaturas deverão ser entregues pessoalmente, durante as horas de expediente, na Direcção Regional de Administração Educativa sita ao Edifício Oudinot, 4.º andar, 9061-901 Funchal, no Balcão da Secretaria Regional de Educação e Cultura da Loja do Cidadão, sito à Avenida Arriaga, Funchal, ou na Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos da Torre, sito ao Sítio da Torre, 9300-066 Câmara de Lobos, podendo ainda ser remetida por correio, registado e com aviso de recepção, àquela Direcção Regional.
 - 10.6. Não serão aceites candidaturas enviadas por correio electrónico.
11. Métodos de selecção:
 - 11.1. Nos termos do n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, dada a urgência na conclusão do procedimento concursal, considerando o volume de trabalho em que este Estabelecimento de Ensino se encontra envolvido, o qual importa dotar dos recursos humanos indispensáveis à realização dos mesmos e face ainda ao expectável elevado número de candidatos ao presente procedimento, o qual torna impraticável a utilização dos métodos de selecção obrigatória, determino que no presente procedimento será utilizado apenas o seguinte método de selecção:
 - 11.2. Prova de conhecimentos (PC): a prova é escrita e realizada em suporte de papel, reveste uma natureza teórica e incide sobre conteúdos de natureza genérica directamente relacionados com as exigências da função. Será valorada de 0 a 20 valores e destinada a avaliar se, e em que medida, os candidatos dispõem das competências técnicas necessárias ao exercício da função. Terá a duração de 60 minutos e incidirá sobre as seguintes temáticas:

- a) Estrutura e orgânica da Secretaria Regional de Educação e Cultura;
- b) Estrutura e orgânica da Direcção Regional de Administração Educativa;
- c) Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas;
- d) Regimes de Vinculação, de Carreiras e de Remunerações dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas;
- e) Regulamento da Organização e Duração do Horário de Trabalho na Secretaria Regional de Educação e Cultura;
- f) Higiene e segurança alimentar em ambiente escolar;
- g) Normas de higiene e segurança no trabalho;
- h) Atendimento ao Público.
12. Os candidatos admitidos serão convocados através da notificação do dia, hora e local para realização do método de selecção, nos termos previstos no artigo 32.º e por uma das formas previstas nas alíneas b), c) ou d) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.
13. Nos termos do n.º 1 do artigo 30.º da referida Portaria, os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas nas alíneas b) c) e d) do n.º 3 do mesmo artigo para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.
14. Ordenação final: a ordenação final dos candidatos admitidos no procedimento resultará da classificação obtida no método de selecção aplicado, prova de conhecimentos.
15. Critérios de avaliação: os parâmetros de avaliação do método a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método consta de actas do júri as quais, nos termos da alínea t), do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, serão facultadas aos candidatos, desde que as solicitem por escrito.
16. Critérios de preferência em caso de igualdade de valoração: em caso de igualdade de valoração entre os candidatos, os critérios de preferência a adoptar serão os previstos no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro. Subsistindo empate na valoração, prevalece o critério de ordem crescente da idade dos candidatos.
17. A relação de candidatos e a lista de classificação final serão afixadas na Direcção Regional de Administração Educativa sita ao Edifício Oudinot, 4.º andar, 9061-901 Funchal, no Balcão da Secretaria Regional de Educação e Cultura da Loja do Cidadão, sito à Avenida Arriaga, Funchal, na Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos da Torre, sito ao Sítio da Torre, 9300 - 066 Câmara de Lobos e publicadas na página electrónica www.madeira-edu.pt/drae.
18. As falsas declarações dos candidatos serão punidas nos termos da Lei.
19. Nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, o presente aviso será publicado na II.ª série do JORAM, disponibilizado na página electrónica da Direcção Regional de Administração Educativa e, por extracto, no prazo máximo de três dias úteis após a publicação em JORAM, em jornal de expansão nacional.
20. Legislação e Documentação de Apoio:
- Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2008/M, de 17 de Janeiro;
 - Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2008/M, de 6 de Maio;
 - Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro (com excepção dos artigos 27.º a 82.º);
 - Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e Lei n.º 3-B/2010, de 18 de Abril.
 - Despacho Normativo n.º 3/2009, de 23 de Março;
 - Manual de regras de higiene e segurança no trabalho/segurança alimentar e atendimento ao público.
21. Foi nomeado o seguinte Júri para o respectivo procedimento concursal e período experimental:
- Presidente:
- Elizabeth Vieira Pereira Gonçalves, Director de Serviços de Recursos Humanos Não Docentes da Direcção Regional de Administração Educativa.
- Vogais efectivos:
- Sílvia Cristina Rego de França Dória, Chefe de Divisão de Gestão Não Docente dos Serviços Escolas Básicas Secundárias da Direcção Regional de Administração Educativa, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos;
 - Anabela Correia Sousa Albano, Técnico Superior da Direcção Regional de Administração Educativa.
- Vogais suplentes:
- Carlos Miguel Vasconcelos Ponte, Técnico Superior da Direcção Regional de Administração Educativa;
 - Lúcia Fernandes Mendonça, Técnico Superior da Direcção Regional de Administração Educativa.
- Direcção Regional de Administração Educativa, ao 2 de Junho de 2010.
- O DIRECTOR REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA,
Jorge Manuel da Silva Morgado
- Aviso**
- PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE 1 POSTO DE TRABALHO NA CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO DA ÁREA DE ACTIVIDADE DE APOIO ADMINISTRATIVO GERAL DO MAPA DE PESSOAL DA ESCOLA BÁSICA DOS 2.º E 3.º CICLOS DE SANTO ANTÓNIO
1. Nos termos do disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público que

por meu despacho de 2 de Junho de 2010 no uso da delegação de competências prevista no ponto 1.1. do Despacho n.º 46/2008, de 7 de Maio, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira n.º 102, II Série, de 29 de Maio, se encontra aberto o procedimento concursal comum para ocupação de 1 posto de trabalho na carreira geral de assistente técnico, categoria de assistente técnico, da área de actividade de apoio administrativo geral, do mapa de pessoal da Escolas Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Santo António na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

- 1.1. Não foi efectuada consulta prévia à Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), nos termos do n.º 1 do artigo 4.º e do artigo 54.º da referida Portaria, por a mesma não se encontrar constituída.
2. Legislação aplicável: Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro e Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, adaptado à RAM pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2001/M, de 24 de Agosto e Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.
3. Local de trabalho: Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Santo António, sita à Rua Quinta da Josefina - Santo António, 9000-321 Funchal.
4. Caracterização do posto de trabalho: os trabalhos a desenvolver incidem sobre tarefas inerentes à carreira de assistente técnico, nos termos do anexo referido no n.º 2 do artigo 49.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, as quais visam assegurar uma ou mais áreas de actividade administrativa, designadamente gestão de alunos, pessoal, orçamento, contabilidade, património, aprovisionamento, secretaria, arquivo e expediente. De acordo com o disposto no artigo 43.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro o trabalhador está igualmente obrigado à realização de outras funções, não expressamente mencionadas, para as quais detenha a qualificação adequada e que não impliquem desvalorização profissional.
5. Requisitos de admissão:
 - 5.1. Poderão candidatar-se os indivíduos com ou sem vínculo à Função Pública, que satisfaçam os seguintes requisitos gerais e especiais até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.
 - 5.2. Requisitos gerais, de acordo com o previsto no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro:
 - a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, Convenção Internacional, ou lei especial;
 - b) 18 anos de idade completos;
 - c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição

para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

- d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

5.3. Requisitos especiais:

- a) Ter o 12.º ano de escolaridade não sendo possível a substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional por tratar-se do exercício de funções com o grau de complexidade 2;
 - b) Tendo em conta os princípios de racionalização e eficiência que devem presidir a actividade na administração pública e obtidos os pareceres favoráveis da Secretaria Regional do Plano e Finanças e Vice-Presidência do Governo Regional, datados respectivamente de 30/12/2009 e 22/03/2010 nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, são admitidas candidaturas de trabalhadores com ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida por tempo indeterminado, determinado ou determinável, sendo que para efeitos de ocupação dos postos de trabalho objecto de publicitação serão respeitadas as regras previstas nas disposições conjugadas do artigo 6.º com a alínea d) do n.º 1 do artigo 54.º e artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com o artigo 37.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, ou seja, os candidatos aprovados e constantes da lista unitária de ordenação final são chamados para efeitos de recrutamento pela seguinte ordem: 1.º SME - Candidatos em Situação de Mobilidade Especial; 2.º Candidatos com relação jurídica de emprego público previamente estabelecida por tempo indeterminado; e 3.º Restantes Candidatos.
6. Nos termos da alínea l do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de Janeiro não podem ser admitidos candidatos que cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento.
 7. Posicionamento remuneratório: tendo em conta o disposto no n.º 1 do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, o posicionamento do trabalhador recrutado numa das posições remuneratórias da categoria é objecto de negociação com a entidade empregadora pública que terá lugar imediatamente

- após o termo do procedimento concursal. Tratando-se de trabalhador com relação jurídica de emprego público previamente estabelecida por tempo indeterminado, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2009/M, de 12 de Janeiro conjugado com a alínea d, do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, será o mesmo colocado na 1.ª posição remuneratória, 5.º nível remuneratório da tabela única.
8. Período experimental: o período experimental decorrerá nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e terá a duração de 180 dias, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.
9. Prazo de apresentação das candidaturas: 10 dias úteis a contar do dia útil seguinte à publicitação do presente aviso no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira.
10. Formalização da candidatura:
- 10.1. As candidaturas deverão ser obrigatoriamente apresentadas mediante o preenchimento do “*Formulário de Candidatura*” aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 89 de 8 de Maio de 2009, a fornecer na recepção da Direcção Regional de Administração Educativa, sita ao Edifício Oudinot, 4.º andar, 9061-901 Funchal, no Balcão da Secretaria Regional de Educação e Cultura da Loja do Cidadão, sito à Avenida Arriaga, Funchal, ou na Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Santo António, sita à Rua Quinta da Josefina - Santo António, 9000 - 321 Funchal, podendo ainda ser imprimido da página electrónica desta Direcção Regional, no endereço www.madeira-edu.pt/drae, no separador “*Pessoal não Docente*”, “*Concursos*”.
- 10.2. Para efeitos de apresentação da candidatura, o código da publicitação do presente procedimento é o seguinte: 15/2010.
- 10.3. A candidatura deve ser obrigatoriamente acompanhada dos seguintes documentos:
- Fotocópia do certificado de habilitações ou outro documento idóneo legalmente reconhecido para o efeito;
 - Declaração do serviço, caso o candidato detenha uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, onde se encontre atestada de forma inequívoca essa condição assim como a referência à antiguidade na carreira, categoria e na função pública de que seja titular bem como as avaliações de desempenho relativas aos últimos três anos e, na sua ausência o motivo que determinou tal facto; na declaração deverá ainda fazer-se menção às funções relativas a cada uma das actividades desenvolvidas e respectiva experiência profissional do candidato, designadamente no último posto de trabalho ocupado, com relevância para o presente procedimento concursal.
- 10.4. A não entrega dos documentos referidos no ponto anterior, até ao término do prazo de apresentação de candidatura, determina a exclusão do procedimento concursal.
- 10.5. As candidaturas deverão ser entregues pessoalmente durante as horas de expediente na Direcção Regional de Administração Educativa, Edifício Oudinot, 4.º andar, 9061-901 Funchal, no Balcão da Secretaria Regional de Educação e Cultura na Loja do Cidadão, sito à Avenida Arriaga, Funchal ou na Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Santo António, sita à Rua Quinta da Josefina - Santo António, 9000 - 321 Funchal podendo ainda ser remetidas pelo correio, registado e com aviso de recepção, àquela Direcção Regional.
- 10.6. Não serão aceites candidaturas enviadas por correio electrónico.
11. Métodos de selecção:
- 11.1. Nos termos do n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, dada a urgência na conclusão do procedimento concursal, considerando o número de projectos em que a Direcção Regional se encontra envolvida, a qual importa dotar dos recursos humanos indispensáveis à realização dos mesmos e face ainda ao expectável elevado número de candidatos ao presente procedimento, o qual torna impraticável a utilização dos métodos de selecção obrigatória, determino que no presente procedimento será utilizado apenas o seguinte método de selecção:
- 11.2. Prova de conhecimentos (PC): a prova é escrita e realizada em suporte de papel, reveste uma natureza teórica, incide sobre conteúdos de natureza genérica e específica, directamente relacionados com as exigências da função. Será valorada de 0 a 20 valores e destinada a avaliar se, e em que medida, os candidatos dispõem das competências técnicas necessárias ao exercício da função. Terá a duração de 60 minutos e incidirá sobre as seguintes temáticas:
- Orgânica da Secretaria Regional de Educação e Cultura;
 - Orgânica da Direcção Regional de Administração Educativa;
 - Código de Procedimento Administrativo;
 - Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas (2008);
 - Regimes de Vinculação, de Carreiras e de Remunerações dos Traba-

- lhadores que Exercem Funções Públicas;
- f) Horários de Trabalho;
 - g) Férias Faltas e Licenças;
 - h) Regime da Parentalidade;
 - i) Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas;
 - j) Procedimento Concursal.
12. Os candidatos admitidos serão convocados através da notificação do dia, hora e local para realização do método de selecção, nos termos previstos no artigo 32.º e por uma das formas previstas nas alíneas b), c) ou d) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de Janeiro.
 13. Nos termos do n.º 1 do artigo 30.º da referida Portaria os candidatos excluídos, serão notificados por uma das formas previstas nas alíneas b) c) e d) do n.º 3 do mesmo artigo para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.
 14. Ordenação final: a ordenação final dos candidatos admitidos no procedimento resultará da classificação obtida no método de selecção aplicado, prova de conhecimentos.
 15. Critérios de avaliação: os parâmetros de avaliação do método a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método consta de acta do júri, a qual nos termos da alínea t), do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, será facultada aos candidatos, desde que a solicitem.
 16. Critérios de preferência em caso de igualdade de valoração: em caso de igualdade de valoração entre os candidatos, os critérios de preferência a adoptar serão os previstos no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro. Subsistindo empate na valoração prevalece o critério de ordem crescente da idade dos candidatos.
 17. A relação de candidatos e a lista de classificação final serão afixadas na Direcção Regional de Administração Educativa, Edifício Oudinot, 4.º andar, 9061-901 Funchal, no Balcão da Secretaria Regional de Educação e Cultura da Loja do Cidadão, sito à Avenida Arriaga, Funchal, e publicadas na página electrónica www.madeira-edu.pt/drae.
 18. As falsas declarações dos candidatos serão punidas nos termos da Lei.
 19. Nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, o presente aviso será publicado na 2.ª série do JORAM, disponibilizado na página electrónica da Direcção Regional de Administração Educativa e por extracto, no prazo máximo de três dias úteis após a publicação em JORAM, em jornal de expansão nacional.
 20. Legislação
 - Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2008/M, de 17 de Janeiro;
 - Decreto Legislativo Regional n.º 10/2008/M, de 6 de Maio;
- Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro;
 - Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro;
 - Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro;
 - Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;
 - Despacho Normativo n.º 3/2009, de 23 de Março;
 - Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, alterado pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto e pelo Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio;
 - Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, (artigos 33.º ao 65.º);
 - Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de Abril;
 - Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de Abril;
 - Lei n.º 59/2008, 11 de Setembro;
 - Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.
21. Foi nomeado o seguinte Júri para o presente procedimento concursal e período experimental:

Presidente:

 - Elizabeth Vieira Pereira Gonçalves, Director de Serviços de Recursos Humanos Não Docentes da Direcção Regional de Administração Educativa.

Vogais Efectivos:

 - Sílvia Cristina Rego de França Dória, Chefe de Divisão de Gestão Não Docente dos Serviços e Escolas Básicas e Secundárias da Direcção Regional de Administração Educativa, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos;
 - Lúcia Fernandes Mendonça, Técnica Superior da Direcção Regional de Administração Educativa.

Vogais Suplentes:

 - Carlos Miguel Vasconcelos Ponte, Técnico Superior da Direcção Regional de Administração Educativa;
 - Ema Paula Olim Abreu Mendonça, Técnica Superior da Direcção Regional de Administração Educativa.
- Direcção Regional de Administração Educativa, aos 2 de Junho de 2010.
- O DIRECTOR REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA,
Jorge Manuel da Silva Morgado
- Aviso**
- PROCEDIMENTO CONCURSALCOMUM PARAOCUPAÇÃO DE 1 POSTO DE TRABALHO NACATEGORIADE ASSISTENTE OPERACIONALDAÁREAOPERACIONAL GERALDO MAPA DE PESSOALDAESCOLABÁSICADOS 2.º E 3.º CICLOS DE SANTO ANTÓNIO
1. Nos termos do disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público que, por meu despacho de 10 de Maio de 2010, no uso da delegação de competências prevista no ponto 1.1 do Despacho n.º 46/2008, de 7 de Maio, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma da

- Madeira n.º 102, II Série, de 29 de Maio, se encontra aberto o procedimento concursal comum para ocupação de 1 posto de trabalho na carreira geral de assistente operacional, categoria de assistente operacional, da área operacional geral, do mapa de pessoal da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Santo António, na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.
- 1.1. Não foi efectuada consulta prévia à Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), nos termos do n.º 1 do artigo 4.º e do artigo 54.º da referida Portaria, por a mesma não se encontrar constituída.
2. Legislação aplicável: Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro e Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, adaptado à RAM pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2001/M, de 24 de Agosto e Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.
3. Local de trabalho: Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Santo António, sita à Rua da Quinta Josefina - - Santo António, 9000 - 321 Funchal.
4. Caracterização do posto de trabalho: os trabalhos a desenvolver incidem sobre tarefas inerentes à carreira de assistente operacional, nos termos do anexo referido no n.º 2 do artigo 49.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, enquadradas nas tarefas de atendimento, encaminhamento de utilizadores da escola, controle de entradas e saídas, cooperação nas actividades que visem a segurança dos alunos na escola, limpeza, arrumação, conservação e boa utilização das instalações, bem como do material e equipamento didáctico e informático necessário ao desenvolvimento do processo educativo; exercício de tarefas de apoio aos serviços de acção social escolar, prestação apoio e assistência em situações de primeiros socorros, estabelecer ligações telefónicas, prestar informações e reproduzir documentos com utilização de equipamento próprio, efectuando pequenas reparações ou comunicando as avarias verificadas. De acordo com o disposto no artigo 43.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro o trabalhador está igualmente obrigado à realização de outras funções, não expressamente mencionadas, para as quais detenha a qualificação adequada e que não impliquem desvalorização profissional.
5. Requisitos de admissão:
- 5.1. Poderão candidatar-se os indivíduos com ou sem vínculo à Função Pública, que satisfaçam os seguintes requisitos gerais e especiais até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.
- 5.2. Requisitos gerais, de acordo com o previsto no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro:
- Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional, ou lei especial;
 - 18 anos de idade completos;
 - Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
 - Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
 - Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.
- 5.3. Requisitos especiais:
- Possuir escolaridade obrigatória, conforme a idade dos candidatos.
 - Tendo em conta os princípios de racionalização e eficiência que devem presidir a actividade na administração pública e obtidos os pareceres favoráveis da Secretaria Regional do Plano e Finanças e Vice-Presidência do Governo Regional, datados respectivamente de 30/12/2009 e 22/03/2010, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, são admitidas candidaturas de trabalhadores com ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida por tempo indeterminado, determinado ou determinável, sendo que para efeitos de ocupação dos postos de trabalho objecto de publicitação serão respeitadas as regras previstas nas disposições conjugadas do artigo 6.º com a alínea d) do n.º 1 do artigo 54.º e artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com o artigo 37.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, ou seja os candidatos aprovados e constantes da lista unitária de ordenação final são chamados para efeitos de recrutamento pela seguinte ordem: 1.º SME - Candidatos em Situação de Mobilidade Especial; 2.º Candidatos com relação jurídica de emprego público previamente estabelecida por tempo indeterminado; e 3.º Restantes Candidatos.
6. Nos termos da alínea l) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publica o procedimento.
7. Posicionamento remuneratório: tendo em conta o disposto no n.º 1 do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008,

- de 27 de Fevereiro, o posicionamento do trabalhador recrutado numa das posições remuneratórias da categoria é objecto de negociação com a entidade empregadora pública que terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal. Tratando-se de candidato com relação jurídica de emprego público previamente estabelecida por tempo indeterminado, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2009/M, de 12 de Janeiro conjugado com a alínea d) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, será o mesmo colocado na 1.ª posição remuneratória da categoria de Assistente Operacional, 1.º nível remuneratório da tabela única.
8. Período experimental: o período experimental decorrerá nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e terá a duração de 90 dias, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.
 9. Prazo de apresentação das candidaturas: 10 dias úteis a contar do dia útil seguinte à publicitação do presente aviso no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira.
 10. Formalização da candidatura:
 - 10.1. As candidaturas deverão ser obrigatoriamente apresentadas mediante o preenchimento do “*Formulário de Candidatura*” aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 89, de 8 de Maio de 2009, a adquirir na recepção da Direcção Regional de Administração Educativa, sita ao Edifício Oudinot, 4.º andar, 9061-901 Funchal, no Balcão da Secretaria Regional de Educação e Cultura da Loja do Cidadão, sito à Avenida Arriaga, Funchal, ou na Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Santo António, sita à Rua da Quinta Josefina - Santo António, 9000-321 Funchal, podendo ainda ser imprimido da página electrónica desta Direcção Regional, no endereço www.madeira.edu.pt/drae, no separador “*Pessoal não Docente*”, “*Concursos*”.
 - 10.2. Para efeitos de apresentação da candidatura, o código da publicitação do presente procedimento é o seguinte: 16/2010.
 - 10.3. A candidatura deve ser obrigatoriamente acompanhada dos seguintes documentos:
 - a) Fotocópia do certificado de habilitações ou outro documento idóneo legalmente reconhecido para o efeito;
 - b) Declaração do serviço, caso o candidato detenha uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, onde se encontre, atestada de forma inequívoca essa condição bem como a carreira e categoria de que seja titular, da actividade que executa e do órgão ou serviço onde exerce funções.
 - 10.4. A não entrega dos documentos referidos no ponto anterior, até ao término do prazo de apresentação de candidatura, determina a exclusão do procedimento concursal.
 - 10.5. As candidaturas deverão ser entregues pessoalmente, durante as horas de expediente, na Direcção Regional de Administração Educativa sita ao Edifício Oudinot, 4.º andar, 9061-901 Funchal, no Balcão da Secretaria Regional de Educação e Cultura da Loja do Cidadão, sito à Avenida Arriaga, Funchal, ou na Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Santo António, sita à Rua da Quinta Josefina - Santo António, 9000 - 321 Funchal, podendo ainda ser remetida por correio, registado e com aviso de recepção àquela Direcção Regional.
 - 10.6. Não serão aceites candidaturas enviadas por correio electrónico.
11. Métodos de selecção:
 - 11.1. Nos termos do n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, dada a urgência na conclusão do procedimento concursal, considerando o volume de trabalho em que este Estabelecimento de Ensino se encontra envolvido, o qual importa dotar dos recursos humanos indispensáveis à realização dos mesmos e face ainda ao expectável elevado número de candidatos ao presente procedimento, o qual torna impraticável a utilização dos métodos de selecção obrigatória, determino que no presente procedimento será utilizado apenas o seguinte método de selecção:
 - 11.2. Prova de conhecimentos (PC): a prova é escrita e realizada em suporte de papel, reveste uma natureza teórica e incide sobre conteúdos de natureza genérica directamente relacionados com as exigências da função. Será valorada de 0 a 20 valores e destinada a avaliar se, e em que medida, os candidatos dispõem das competências técnicas necessárias ao exercício da função. Terá a duração de 60 minutos e incidirá sobre as seguintes temáticas:
 - a) Estrutura e orgânica da Secretaria Regional de Educação e Cultura;
 - b) Estrutura e orgânica da Direcção Regional de Administração Educativa;
 - c) Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas;
 - d) Regimes de Vinculação, de Carreiras e de Remunerações dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas;
 - e) Regulamento da Organização e Duração do Horário de Trabalho na Secretaria Regional de Educação e Cultura;
 - f) Higiene e segurança alimentar em ambiente escolar;

- g) Normas de higiene e segurança no trabalho;
- h) Atendimento ao Público.
12. Os candidatos admitidos serão convocados através da notificação do dia, hora e local para realização do método de selecção, nos termos previstos no artigo 32.º e por uma das formas previstas nas alíneas b), c) ou d) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.
13. Nos termos do n.º 1 do artigo 30.º da referida Portaria, os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas nas alíneas b) c) e d) do n.º 3 do mesmo artigo para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.
14. Ordenação final: a ordenação final dos candidatos admitidos no procedimento resultará da classificação obtida no método de selecção aplicado, prova de conhecimentos.
15. Critérios de avaliação: os parâmetros de avaliação do método a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método consta de actas do júri as quais, nos termos da alínea t), do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, serão facultadas aos candidatos, desde que as solicitem por escrito.
16. Critérios de preferência em caso de igualdade de valoração: em caso de igualdade de valoração entre os candidatos, os critérios de preferência a adoptar serão os previstos no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro. Subsistindo empate na valoração, prevalece o critério de ordem crescente da idade dos candidatos.
17. A relação de candidatos e a lista de classificação final serão afixadas na Direcção Regional de Administração Educativa sita ao Edifício Oudinot, 4.º andar, 9061-901 Funchal, no Balcão da Secretaria Regional de Educação e Cultura da Loja do Cidadão, sito à Avenida Arriaga, Funchal, na Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Santo António, sita à Rua da Quinta Josefina - Santo António, 9000-321 Funchal e publicadas na página electrónica www.madeira-edu.pt/drae.
18. As falsas declarações dos candidatos serão punidas nos termos da Lei.
19. Nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, o presente aviso será publicado na II.ª série do JORAM, disponibilizado na página electrónica da Direcção Regional de Administração Educativa e, por extracto, no prazo máximo de três dias úteis após a publicação em JORAM, em jornal de expansão nacional.
20. Legislação e Documentação de Apoio:
- Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2008/M, de 17 de Janeiro;
 - Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2008/M, de 6 de Maio;
 - Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro (com excepção dos artigos 27.º a 82.º);
- Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e Lei n.º 3-B/2010, de 18 de Abril.
 - Despacho Normativo n.º 3/2009, de 23 de Março;
 - Manual de regras de higiene e segurança no trabalho/segurança alimentar e atendimento ao público.
21. Foi nomeado o seguinte Júri para o respectivo procedimento concursal e período experimental:
- Presidente:
- Sílvia Cristina Rego de França Dória, Chefe de Divisão de Gestão Não Docente dos Serviços Escolas Básicas Secundárias da Direcção Regional de Administração Educativa.
- Vogais efectivos:
- Elizabeth Vieira Pereira Gonçalves, Director de Serviços de Recursos Humanos Não Docentes da Direcção Regional de Administração Educativa, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos;
 - Lúcia Fernandes Mendonça, Técnico Superior da Direcção Regional de Administração Educativa.
- Vogais suplentes:
- Carlos Miguel Vasconcelos Ponte, Técnico Superior da Direcção Regional de Administração Educativa;
 - Nádía Filipa Ascensão Pires Jardim, Técnico Superior da Direcção Regional de Administração Educativa.
- Direcção Regional de Administração Educativa, ao 2 de Junho de 2010.
- O DIRECTOR REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA,
Jorge Manuel da Silva Morgado
- Aviso**
- PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE 1 POSTO DE TRABALHO NA CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL DA ÁREA OPERACIONAL GERAL DO MAPA DE PESSOAL DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA BISPO D. MANUEL FERREIRA CABRAL
1. Nos termos do disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público que, por meu despacho de 2 de Junho de 2010, no uso da delegação de competências prevista no ponto 1.1 do Despacho n.º 46/2008, de 7 de Maio, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira n.º 102, II Série, de 29 de Maio, se encontra aberto o procedimento concursal comum para ocupação de 1 posto de trabalho na carreira geral de assistente operacional, categoria de assistente operacional, da área operacional geral, do mapa de pessoal da Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral, na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

- 1.1. Não foi efectuada consulta prévia à Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), nos termos do n.º 1 do artigo 4.º e do artigo 54.º da referida Portaria, por a mesma não se encontrar constituída.
2. Legislação aplicável: Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro e Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, adaptado à RAM pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2001/M, de 24 de Agosto e Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.
3. Local de trabalho: Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral, sito à Rua Dr. Albino Menezes, 9230-081 Santana.
4. Caracterização do posto de trabalho: os trabalhos a desenvolver incidem sobre tarefas inerentes à carreira de assistente operacional, nos termos do anexo referido no n.º 2 do artigo 49.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, enquadradas nas tarefas de atendimento, encaminhamento de utilizadores da escola, controle de entradas e saídas, cooperação nas actividades que visem a segurança dos alunos na escola, limpeza, arrumação, conservação e boa utilização das instalações, bem como do material e equipamento didáctico e informático necessário ao desenvolvimento do processo educativo; exercício de tarefas de apoio aos serviços de acção social escolar, prestação apoio e assistência em situações de primeiros socorros, estabelecer ligações telefónicas, prestar informações e reproduzir documentos com utilização de equipamento próprio, efectuando pequenas reparações ou comunicando as avarias verificadas. De acordo com o disposto no artigo 43.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro o trabalhador está igualmente obrigado à realização de outras funções, não expressamente mencionadas, para as quais detenha a qualificação adequada e que não impliquem desvalorização profissional.
5. Requisitos de admissão:
 - 5.1. Poderão candidatar-se os indivíduos com ou sem vínculo à Função Pública, que satisfaçam os seguintes requisitos gerais e especiais até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.
 - 5.2. Requisitos gerais, de acordo com o previsto no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro:
 - a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional, ou lei especial;
 - b) 18 anos de idade completos;
 - c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
 - d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
 - e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.
- 5.3. Requisitos especiais:
 - a) Possuir escolaridade obrigatória, conforme a idade dos candidatos;
 - b) Tendo em conta os princípios de racionalização e eficiência que devem presidir a actividade na administração pública e obtidos os pareceres favoráveis da Secretaria Regional do Plano e Finanças e Vice-Presidência do Governo Regional, datados respectivamente de 30/12/2009 e 22/03/2010, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, são admitidas candidaturas de trabalhadores com ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida por tempo indeterminado, determinado ou determinável, sendo que para efeitos de ocupação dos postos de trabalho objecto de publicitação serão respeitadas as regras previstas nas disposições conjugadas do artigo 6.º com a alínea d) do n.º 1 do artigo 54.º e artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com o artigo 37.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, ou seja os candidatos aprovados e constantes da lista unitária de ordenação final são chamados para efeitos de recrutamento pela seguinte ordem: 1.º SME - Candidatos em Situação de Mobilidade Especial; 2.º Candidatos com relação jurídica de emprego público previamente estabelecida por tempo indeterminado; e 3.º Restantes Candidatos.
6. Nos termos da alínea l) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento.
7. Posicionamento remuneratório: tendo em conta o disposto no n.º 1 do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o posicionamento do trabalhador recrutado numa das posições remuneratórias da categoria é objecto de negociação com a entidade empregadora pública que terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal. Tratando-se de candidato com relação jurídica de emprego público previamente estabelecida por tempo indeterminado, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2009/M, de 12 de Janeiro conjugado com a alínea d) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, será o mesmo colocado na 1.ª posição remuneratória da

- categoria de Assistente Operacional, 1.º nível remuneratório da tabela única.
8. Período experimental: o período experimental decorrerá nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e terá a duração de 90 dias, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.
9. Prazo de apresentação das candidaturas: 10 dias úteis a contar do dia útil seguinte à publicitação do presente aviso no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira.
10. Formalização da candidatura:
- 10.1. As candidaturas deverão ser obrigatoriamente apresentadas mediante o preenchimento do “*Formulário de Candidatura*” aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 89, de 8 de Maio de 2009, a adquirir na recepção da Direcção Regional de Administração Educativa, sita ao Edifício Oudinot, 4.º andar, 9061-901 Funchal, no Balcão da Secretaria Regional de Educação e Cultura da Loja do Cidadão, sito à Avenida Arriaga, Funchal, ou na Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral, sito à Rua Dr. Albino Menezes, 9230 - 081 Santana, podendo ainda ser imprimido da página electrónica desta Direcção Regional, no endereço www.madeira-edu.pt/drae, no separador “*Pessoal não Docente*”, “*Concursos*”.
- 10.2. Para efeitos de apresentação da candidatura, o código da publicitação do presente procedimento é o seguinte: 26/2010.
- 10.3. A candidatura deve ser obrigatoriamente acompanhada dos seguintes documentos:
- Fotocópia do certificado de habilitações ou outro documento idóneo legalmente reconhecido para o efeito;
 - Declaração do serviço, caso o candidato detenha uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, onde se encontre, atestada de forma inequívoca essa condição bem como a carreira e categoria de que seja titular, da actividade que executa e do órgão ou serviço onde exerce funções.
- 10.4. A não entrega dos documentos referidos no ponto anterior, até ao término do prazo de apresentação de candidatura, determina a exclusão do procedimento concursal.
- 10.5. As candidaturas deverão ser entregues pessoalmente, durante as horas de expediente, na Direcção Regional de Administração Educativa sita ao Edifício Oudinot, 4.º andar, 9061-901 Funchal, no Balcão da Secretaria Regional de Educação e
- Cultura da Loja do Cidadão, sito à Avenida Arriaga, Funchal, ou na Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral, sito à Rua Dr. Albino Menezes, 9230-081 Santana, podendo ainda ser remetida por correio, registado e com aviso de recepção, àquela Direcção Regional.
- 10.6. Não serão aceites candidaturas enviadas por correio electrónico.
11. Métodos de selecção:
- 11.1. Nos termos do n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, dada a urgência na conclusão do procedimento concursal, considerando o volume de trabalho em que este Estabelecimento de Ensino se encontra envolvido, o qual importa dotar dos recursos humanos indispensáveis à realização dos mesmos e face ainda ao expectável elevado número de candidatos ao presente procedimento, o qual torna impraticável a utilização dos métodos de selecção obrigatória, determino que no presente procedimento será utilizado apenas o seguinte método de selecção:
- 11.2. Prova de conhecimentos (PC): a prova é escrita e realizada em suporte de papel, reveste uma natureza teórica e incide sobre conteúdos de natureza genérica directamente relacionados com as exigências da função. Será valorada de 0 a 20 valores e destinada a avaliar se, e em que medida, os candidatos dispõem das competências técnicas necessárias ao exercício da função. Terá a duração de 60 minutos e incidirá sobre as seguintes temáticas:
- Estrutura e orgânica da Secretaria Regional de Educação e Cultura;
 - Estrutura e orgânica da Direcção Regional de Administração Educativa;
 - Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas;
 - Regimes de Vinculação, de Carreiras e de Remunerações dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas;
 - Regulamento da Organização e Duração do Horário de Trabalho na Secretaria Regional de Educação e Cultura;
 - Higiene e segurança alimentar em ambiente escolar;
 - Normas de higiene e segurança no trabalho;
 - Atendimento ao Público.
12. Os candidatos admitidos serão convocados através da notificação do dia, hora e local para realização do método de selecção, nos termos previstos no artigo 32.º e por uma das formas previstas nas alíneas b), c) ou d) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

13. Nos termos do n.º 1 do artigo 30.º da referida Portaria, os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas nas alíneas b), c) e d) do n.º 3 do mesmo artigo para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.
14. Ordenação final: a ordenação final dos candidatos admitidos no procedimento resultará da classificação obtida no método de selecção aplicado, prova de conhecimentos.
15. Critérios de avaliação: os parâmetros de avaliação do método a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método consta de actas do júri as quais, nos termos da alínea t), do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, serão facultadas aos candidatos, desde que as solicitem por escrito.
16. Critérios de preferência em caso de igualdade de valoração: em caso de igualdade de valoração entre os candidatos, os critérios de preferência a adoptar serão os previstos no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro. Subsistindo empate na valoração, prevalece o critério de ordem crescente da idade dos candidatos.
17. A relação de candidatos e a lista de classificação final serão afixadas na Direcção Regional de Administração Educativa sita ao Edifício Oudinot, 4.º andar, 9061-901 Funchal, no Balcão da Secretaria Regional de Educação e Cultura da Loja do Cidadão, sito à Avenida Arriaga, Funchal, na Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral, sito à Rua Dr. Albino Menezes, 9230-081 Santana e publicadas na página electrónica www.madeira-edu.pt/drae.
18. As falsas declarações dos candidatos serão punidas nos termos da Lei.
19. Nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, o presente aviso será publicado na II.ª série do JORAM, disponibilizado na página electrónica da Direcção Regional de Administração Educativa e, por extracto, no prazo máximo de três dias úteis após a publicação em JORAM, em jornal de expansão nacional.
20. Legislação e Documentação de Apoio:
- Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2008/M, de 17 de Janeiro;
 - Decreto Regulamentar Regional, n.º 10/2008/M, de 6 de Maio;
 - Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro (com excepção dos artigos 27.º a 82.º);
 - Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e Lei n.º 3-B/2010, de 18 de Abril.
 - Despacho Normativo n.º 3/2009, de 23 de Março;
 - Manual de regras de higiene e segurança no trabalho/segurança alimentar e atendimento ao público.
21. Foi nomeado o seguinte Júri para o respectivo procedimento concursal e período experimental:
- Presidente:
- Elizabeth Vieira Pereira Gonçalves, Director de Serviços de Recursos Humanos Não Docentes da Direcção Regional de Administração Educativa.
- Vogais efectivos:
- Sílvia Cristina Rego de França Dória, Chefe de Divisão de Gestão Não Docente dos Serviços Escolas Básicas Secundárias da Direcção Regional de Administração Educativa, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos;
 - Tânia Raquel Calafatinho Nicolau, Técnico Superior da Direcção Regional de Administração Educativa.
- Vogais suplentes:
- Carlos Miguel Vasconcelos Ponte, Técnico Superior da Direcção Regional de Administração Educativa;
 - Lúcia Fernandes Mendonça, Técnico Superior da Direcção Regional de Administração Educativa.
- Direcção Regional de Administração Educativa, ao 2 de Junho de 2010.
- O DIRECTOR REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA,
Jorge Manuel da Silva Morgado
- Aviso**
- PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE 1 POSTO DE TRABALHO NA CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL DA ÁREA OPERACIONAL GERAL DO MAPA DE PESSOAL DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE FRANCISCO FRANCO
1. Nos termos do disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público que, por meu despacho de 2 de Junho de 2010, no uso da delegação de competências prevista no ponto 1.1 do Despacho n.º 46/2008, de 7 de Maio, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira n.º 102, II Série, de 29 de Maio, se encontra aberto o procedimento concursal comum para ocupação de 1 posto de trabalho na carreira geral de assistente operacional, categoria de assistente operacional, da área operacional geral, do mapa de pessoal da Escola Secundária de Francisco Franco, na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.
- 1.1. Não foi efectuada consulta prévia à Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), nos termos do n.º 1 do artigo 4.º e do artigo 54.º da referida Portaria, por a mesma não se encontrar constituída.
2. Legislação aplicável: Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31

de Julho, Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro e Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, adaptado à RAM pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2001/M, de 24 de Agosto e Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

3. Local de trabalho: Escola Secundária de Francisco Franco, sita à Rua João de Deus, n.º 9, 9054-527 Funchal.
4. Caracterização do posto de trabalho: os trabalhos a desenvolver incidem sobre tarefas inerentes à carreira de assistente operacional, nos termos do anexo referido no n.º 2 do artigo 49.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, enquadradas nas tarefas de atendimento, encaminhamento de utilizadores da escola, controle de entradas e saídas, cooperação nas actividades que visem a segurança dos alunos na escola, limpeza, arrumação, conservação e boa utilização das instalações, bem como do material e equipamento didáctico e informático necessário ao desenvolvimento do processo educativo; exercício de tarefas de apoio aos serviços de acção social escolar, prestação apoio e assistência em situações de primeiros socorros, estabelecer ligações telefónicas, prestar informações e reproduzir documentos com utilização de equipamento próprio, efectuando pequenas reparações ou comunicando as avarias verificadas. De acordo com o disposto no artigo 43.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro o trabalhador está igualmente obrigado à realização de outras funções, não expressamente mencionadas, para as quais detenha a qualificação adequada e que não impliquem desvalorização profissional.
5. Requisitos de admissão:
 - 5.1. Poderão candidatar-se os indivíduos com ou sem vínculo à Função Pública, que satisfaçam os seguintes requisitos gerais e especiais até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.
 - 5.2. Requisitos gerais, de acordo com o previsto no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro:
 - a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, Convenção Internacional, ou Lei especial;
 - b) 18 anos de idade completos;
 - c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
 - d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
 - e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.
 - 5.3. Requisitos especiais:
 - a) Possuir escolaridade obrigatória, conforme a idade dos candidatos;
 - b) Tendo em conta os princípios de racionalização e eficiência que

deverem presidir a actividade na administração pública e obtidos os pareceres favoráveis da Secretaria Regional do Plano e Finanças e Vice-Presidência do Governo Regional, datados respectivamente de 30/12/2009 e 22/03/2010, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, são admitidas candidaturas de trabalhadores com ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida por tempo indeterminado, determinado ou determinável, sendo que para efeitos de ocupação dos postos de trabalho objecto de publicitação serão respeitadas as regras previstas nas disposições conjugadas do artigo 6.º com a alínea d) do n.º 1 do artigo 54.º e artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com o artigo 37.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, ou seja os candidatos aprovados e constantes da lista unitária de ordenação final são chamados para efeitos de recrutamento pela seguinte ordem: 1.º SME - Candidatos em Situação de Mobilidade Especial; 2.º Candidatos com relação jurídica de emprego público previamente estabelecida por tempo indeterminado; e 3.º Restantes Candidatos.

6. Nos termos da alínea l) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento.
7. Posicionamento remuneratório: tendo em conta o disposto no n.º 1 do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o posicionamento do trabalhador recrutado numa das posições remuneratórias da categoria é objecto de negociação com a entidade empregadora pública que terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal. Tratando-se de candidato com relação jurídica de emprego público previamente estabelecida por tempo indeterminado, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2009/M, de 12 de Janeiro conjugado com a alínea d) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, será o mesmo colocado na 1.ª posição remuneratória da categoria de Assistente Operacional, 1.º nível remuneratório da tabela única.
8. Período experimental: o período experimental decorrerá nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e terá a duração de 90 dias, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.

9. Prazo de apresentação das candidaturas: 10 dias úteis a contar do dia útil seguinte à publicitação do presente aviso no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira.
10. Formalização da candidatura:
 - 10.1. As candidaturas deverão ser obrigatoriamente apresentadas mediante o preenchimento do “*Formulário de Candidatura*” aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 89, de 8 de Maio de 2009, a adquirir na recepção da Direcção Regional de Administração Educativa, sita ao Edifício Oudinot, 4.º andar, 9061-901 Funchal, no Balcão da Secretaria Regional de Educação e Cultura da Loja do Cidadão, sito à Avenida Arriaga, Funchal, ou na Escola Secundária de Francisco Franco, sita à Rua João de Deus, n.º 9, 9054-527 Funchal, podendo ainda ser imprimido da página electrónica desta Direcção Regional, no endereço www.madeira-edu.pt/drae, no separador “*Pessoal não Docente*”, “*Concursos*”.
 - 10.2. Para efeitos de apresentação da candidatura, o código da publicitação do presente procedimento é o seguinte: 27/2010.
 - 10.3. A candidatura deve ser obrigatoriamente acompanhada dos seguintes documentos:
 - a) Fotocópia do certificado de habilitações ou outro documento idóneo legalmente reconhecido para o efeito;
 - b) Declaração do serviço, caso o candidato detenha uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, onde se encontre, atestada de forma inequívoca essa condição bem como a carreira e categoria de que seja titular, da actividade que executa e do órgão ou serviço onde exerce funções.
 - 10.4. A não entrega dos documentos referidos no ponto anterior, até ao término do prazo de apresentação de candidatura, determina a exclusão do procedimento concursal.
 - 10.5. As candidaturas deverão ser entregues pessoalmente, durante as horas de expediente, na Direcção Regional de Administração Educativa sita ao Edifício Oudinot, 4.º andar, 9061-901 Funchal, no Balcão da Secretaria Regional de Educação e Cultura da Loja do Cidadão, sito à Avenida Arriaga, Funchal, ou na Escola Secundária de Francisco Franco, sita à Rua João de Deus, n.º 9, 9054-527 Funchal, podendo ainda ser remetida por correio, registado e com aviso de recepção àquela Direcção Regional.
 - 10.6. Não serão aceites candidaturas enviadas por correio electrónico.
11. Métodos de selecção:
 - 11.1. Nos termos do n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, dada a urgência na conclusão do procedimento concursal, considerando o volume de trabalho em que este Estabelecimento de Ensino se encontra envolvido, o qual importa dotar dos recursos humanos indispensáveis à realização dos mesmos e face ainda ao expectável elevado número de candidatos ao presente procedimento, o qual torna impraticável a utilização dos métodos de selecção obrigatória, determino que no presente procedimento será utilizado apenas o seguinte método de selecção:
 - 11.2. Prova de conhecimentos (PC): a prova é escrita e realizada em suporte de papel, reveste uma natureza teórica e incide sobre conteúdos de natureza genérica directamente relacionados com as exigências da função. Será valorada de 0 a 20 valores e destinada a avaliar se, e em que medida, os candidatos dispõem das competências técnicas necessárias ao exercício da função. Terá a duração de 60 minutos e incidirá sobre as seguintes temáticas:
 - a) Estrutura e orgânica da Secretaria Regional de Educação e Cultura;
 - b) Estrutura e orgânica da Direcção Regional de Administração Educativa;
 - c) Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas;
 - d) Regimes de Vinculação, de Carreiras e de Remunerações dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas;
 - e) Regulamento da Organização e Duração do Horário de Trabalho na Secretaria Regional de Educação e Cultura;
 - f) Higiene e segurança alimentar em ambiente escolar;
 - g) Normas de higiene e segurança no trabalho;
 - h) Atendimento ao Público.
12. Os candidatos admitidos serão convocados através da notificação do dia, hora e local para realização do método de selecção, nos termos previstos no artigo 32.º e por uma das formas previstas nas alíneas b), c) ou d) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.
13. Nos termos do n.º 1 do artigo 30.º da referida Portaria, os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas nas alíneas b) c) e d) do n.º 3 do mesmo artigo para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.
14. Ordenação final: a ordenação final dos candidatos admitidos no procedimento resultará da classificação obtida no método de selecção aplicado, prova de conhecimentos.

15. Critérios de avaliação: os parâmetros de avaliação do método a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método consta de actas do júri as quais, nos termos da alínea t), do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, serão facultadas aos candidatos, desde que as solicitem por escrito.
16. Critérios de preferência em caso de igualdade de valoração: em caso de igualdade de valoração entre os candidatos, os critérios de preferência a adoptar serão os previstos no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro. Subsistindo empate na valoração, prevalece o critério de ordem crescente da idade dos candidatos.
17. A relação de candidatos e a lista de classificação final serão afixadas na Direcção Regional de Administração Educativa sita ao Edifício Oudinot, 4.º andar, 9061-901 Funchal, no Balcão da Secretaria Regional de Educação e Cultura da Loja do Cidadão, sito à Avenida Arriaga, Funchal, na Escola Secundária de Francisco Franco, sita à Rua João de Deus, n.º 9, 9054-527 Funchal e publicadas na página electrónica www.madeira-edu.pt/drae.
18. As falsas declarações dos candidatos serão punidas nos termos da Lei.
19. Nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, o presente aviso será publicado na II.ª série do JORAM, disponibilizado na página electrónica da Direcção Regional de Administração Educativa e, por extracto, no prazo máximo de três dias úteis após a publicação em JORAM, em jornal de expansão nacional.
20. Legislação e Documentação de Apoio
- Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2008/M, de 17 de Janeiro;
 - Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2008/M, de 6 de Maio;
 - Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro (com excepção dos artigos 27.º a 82.º);
 - Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e Lei n.º 3-B/2010, de 18 de Abril.
 - Despacho Normativo n.º 3/2009, de 23 de Março;
 - Manual de regras de higiene e segurança no trabalho/segurança alimentar e atendimento ao público.
21. Foi nomeado o seguinte Júri para o respectivo procedimento concursal e período experimental:
- Presidente:
- Sílvia Cristina Rego de França Dória, Chefe de Divisão de Gestão Não Docente dos Serviços Escolas Básicas Secundárias da Direcção Regional de Administração Educativa.
- Vogais efectivos:
- Elizabeth Vieira Pereira Gonçalves, Director de Serviços de Recursos Humanos Não Docentes da Direcção Regional de

Administração Educativa; que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos;

- Carlos Miguel Vasconcelos Ponte, Técnico Superior da Direcção Regional de Administração Educativa.

Vogais suplentes:

- Ema Paula Olim Abreu Figueira, Técnico Superior da Direcção Regional de Administração Educativa;
- Nádia Filipa Ascensão Pires Jardim, Técnico Superior da Direcção Regional de Administração Educativa.

Direcção Regional de Administração Educativa, aos 2 de Junho de 2010.

O DIRECTOR REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA,
Jorge Manuel da Silva Morgado

Aviso

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE 1 POSTO DE TRABALHO NA CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR NA ÁREA DE ACTIVIDADE DE DIREITO DO MAPA DE PESSOAL DA DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO

1. Nos termos do disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público que, por meu despacho de 4 de Junho de 2010, no uso da delegação de competências prevista no ponto 1.1 do Despacho n.º 46/2008, de 7 de Maio, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira n.º 102, II Série, de 29 de Maio, se encontra aberto o procedimento concursal comum para ocupação de 1 posto de trabalho na carreira geral de técnico superior, categoria de técnico superior, na área de actividade de direito, do mapa de pessoal da Direcção Regional de Educação na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.
 - 1.1. Não foi efectuada consulta prévia à Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), nos termos do n.º 1 do artigo 4.º e do artigo 54.º da referida Portaria, por a mesma não se encontrar constituída.
2. Legislação aplicável: Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro e Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, adaptado à RAM pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2001/M, de 24 de Agosto e Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.
3. Local de trabalho: Direcção Regional de Educação, sita ao Edifício Dom João, Rua Cidade do Cabo n.º 38, 9054 - 518 Funchal.
4. Caracterização do posto de trabalho: os trabalhos a desenvolver incidem sobre tarefas inerentes à carreira técnica superior, nos termos do anexo

referido no n.º 2 do artigo 49.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, designadamente elaborar estudos e emitir pareceres de natureza jurídica, emitir pareceres sobre projectos e propostas de diplomas que lhe sejam submetidos, elaborar propostas de diplomas que se enquadrem na sua esfera de intervenção e prestar apoio jurídico nos procedimentos de aquisição de bens e serviços.

5. Requisitos de admissão:

- 5.1. Poderão candidatar-se os indivíduos com ou sem vínculo à Função Pública, que satisfaçam os seguintes requisitos gerais e especiais até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.
- 5.2. Nível habilitacional exigido: o nível habilitacional exigido é a licenciatura por tratar-se do exercício de funções com o grau de complexidade 3, não sendo possível a substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.
- 5.3. Requisitos gerais, de acordo com o previsto no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro:
 - a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, Convenção Internacional, ou Lei especial;
 - b) 18 anos de idade completos;
 - c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
 - d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
 - e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.
- 5.4. Requisitos especiais:
 - a) Licenciatura em Direito;
 - b) Tendo em conta os princípios de racionalização e eficiência que devem presidir a actividade na administração pública e obtidos os pareceres favoráveis da Secretaria Regional do Plano e Finanças e Vice-Presidência do Governo Regional, datados respectivamente de 30/12/2009 e 22/03/2010 nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, são admitidas candidaturas de trabalhadores com ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida por tempo indeterminado, determinado ou determinável, sendo que para efeitos de ocupação dos postos de trabalho objecto de publicitação serão respeitadas as regras previstas nas disposições conjugadas do artigo 6.º com a alínea d) do n.º 1 do artigo 54.º e artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008 de

27 de Fevereiro, com o artigo 37.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, ou seja os candidatos aprovados e constantes da lista unitária de ordenação final são chamados para efeitos de recrutamento pela seguinte ordem: 1.º SME - Candidatos em Situação de Mobilidade Especial; 2.º Candidatos com relação jurídica de emprego público previamente estabelecida por tempo indeterminado; e 3.º Restantes Candidatos.

6. Nos termos da alínea l) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de Janeiro não podem ser admitidos candidatos que cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento.
7. Posicionamento remuneratório: tendo em conta o disposto no n.º 1 do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, o posicionamento do trabalhador recrutado numa das posições remuneratórias da categoria é objecto de negociação com a entidade empregadora pública que terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal; Tratando-se de trabalhador com relação jurídica de emprego público previamente estabelecida por tempo indeterminado, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2009/M, de 12 Janeiro conjugado com a alínea d), do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, será o mesmo colocado na 2.ª posição remuneratória, 15.º nível remuneratório da Tabela única.
8. Período experimental: o período experimental decorrerá nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e terá a duração de 240 dias, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.
9. Prazo de apresentação das candidaturas: 10 dias úteis a contar do dia útil seguinte à publicitação do presente aviso no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira.
10. Formalização da candidatura:
 - 10.1. As candidaturas deverão ser obrigatoriamente apresentadas mediante o preenchimento do “*Formulário de Candidatura*” aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 89 de 8 de Maio de 2009, a fornecer na recepção da Direcção Regional de Administração Educativa, sita ao Edifício Oudinot, 4.º andar, 9061-901 Funchal, ou no Balcão da Secretaria Regional de Educação e Cultura da Loja do Cidadão, sito à Avenida Arriaga, Funchal, podendo ainda ser imprimido da página electrónica desta Direcção Regional, no endereço www.madeira-edu.pt/drae, no separador “*Pessoal não Docente*”, “*Concursos*”.

- 10.2. Para efeitos de apresentação da candidatura, o código da publicitação do presente procedimento é o seguinte: 14/2010.
- 10.3. A candidatura deve ser obrigatoriamente acompanhada dos seguintes documentos:
- Fotocópia do certificado de habilitações ou outro documento idóneo legalmente reconhecido para o efeito;
 - Declaração do serviço, caso o candidato detenha uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, onde se encontre atestada de forma inequívoca essa condição assim como a referência à antiguidade na carreira, categoria e na função pública de que seja titular bem como as avaliações de desempenho relativas aos últimos três anos e, na sua ausência, o motivo que determinou tal facto; na declaração deverá ainda fazer-se menção às funções relativas a cada uma das actividades desenvolvidas e respectiva experiência profissional do candidato, designadamente no último posto de trabalho ocupado, com relevância para o presente procedimento concursal;
 - Curriculum Vitae*.
- 10.4. A não entrega dos documentos referidos no ponto anterior, até ao término do prazo de apresentação de candidatura, determina a exclusão do procedimento concursal.
- 10.5. As candidaturas deverão ser entregues pessoalmente durante as horas de expediente na Direcção Regional de Administração Educativa, Edifício Oudinot, 4.º andar, 9061-901 Funchal ou no Balcão da Secretaria Regional de Educação e Cultura na Loja do Cidadão, sito à Avenida Arriaga, Funchal, podendo ainda ser remetidas pelo correio, registado e com aviso de recepção, àquela Direcção Regional.
- 10.6. Não serão aceites candidaturas enviadas por correio electrónico.
11. Métodos de selecção:
- 11.1. Nos termos do n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, dada a urgência na conclusão do procedimento concursal, considerando o número de projectos em que a Direcção Regional se encontra envolvida, a qual importa dotar dos recursos humanos indispensáveis à realização dos mesmos e face ainda ao expectável elevado número de candidatos ao presente procedimento, o qual torna impraticável a utilização dos métodos de selecção obrigatória, determino que no presente procedimento será utilizado apenas o seguinte método de selecção:
- 11.2. Prova de conhecimentos (PC): a prova é oral, reveste uma natureza teórica e incide sobre conteúdos de natureza genérica e específica, directamente relacionados com as exigências da função. Será valorada de 0 a 20 valores e é destinada a avaliar se, e em que medida, os candidatos dispõem das competências técnicas necessárias ao exercício da função, incidindo sobre as seguintes temáticas:
- Competências Legislativas da Região Autónoma da Madeira;
 - Princípios do procedimento administrativo e da audiência dos interessados;
 - Estrutura Orgânica da Direcção Regional de Educação;
 - Estatuto do Aluno;
 - Creches, Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e Núcleos Infantis.
12. Os candidatos admitidos serão convocados através da notificação do dia, hora e local para realização do método de selecção, nos termos previstos no artigo 32.º e por uma das formas previstas nas alíneas b), c) ou d) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de Janeiro.
13. Nos termos do n.º 1 do artigo 30.º da referida Portaria os candidatos excluídos, serão notificados por uma das formas previstas nas alíneas b) c) e d) do n.º 3 do mesmo artigo para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.
14. Ordenação final: a ordenação final dos candidatos admitidos no procedimento resultará da classificação obtida no método de selecção aplicado, prova de conhecimentos.
15. Critérios de avaliação: os parâmetros de avaliação do método a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método consta de acta do júri, ao qual nos termos da alínea t), do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, será facultada aos candidatos, desde que a solicitem.
16. Critérios de preferência em caso de igualdade de valoração: em caso de igualdade de valoração entre os candidatos, os critérios de preferência a adoptar serão os previstos no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro. Subsistindo empate na valoração prevalece o critério de ordem crescente da idade dos candidatos.
17. A relação de candidatos e a lista de classificação final serão afixadas na Direcção Regional de Administração Educativa, Edifício Oudinot, 4.º andar, 9061-901 Funchal, no Balcão da Secretaria Regional de Educação e Cultura da Loja do Cidadão, sito à Avenida Arriaga, Funchal, e publicitada na página electrónica www.madeira-edu.pt/drae.
18. As falsas declarações dos candidatos serão punidas nos termos da Lei.
19. Nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, o presente aviso será

publicado na 2.ª série do JORAM, disponibilizado na página electrónica da Direcção Regional de Administração Educativa e por extracto, no prazo máximo de três dias úteis após a publicação em JORAM, em jornal de expansão nacional.

20. Legislação:

- Constituição da República Portuguesa e Estatuto Político-Administrativo da RAM, aprovado pela Lei n.º 13/91, de 5 de Julho, na redacção dada pelas Leis n.º 130/99, de 21 de Agosto e 12/2000, de 21 de Junho;
- Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro);
- Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2008/M, de 30 de Abril, Portaria n.º 209/2008, de 3 de Dezembro e Despacho n.º 7/2009, de 16 de Fevereiro;
- Decreto Legislativo Regional n.º 26/2006/M, de 4 de Julho;
- Decreto Legislativo Regional n.º 16/006/M, de 2 de Maio, Decreto Legislativo Regional n.º 14/006/M, de 24 de Abril e Portaria n.º 86/2006/M, de 24 de Julho.

21. Foi nomeado o seguinte Júri para o respectivo procedimento concursal e período experimental:

Presidente:

- Rui Anacleto Mendes Alves, Director Regional da Direcção Regional de Educação.

Vogais Efectivos:

- Idalina Oliveira Belim, Chefe de Divisão de Apoio Jurídico da Direcção Regional de Educação;
- Sílvia Cristina Rego de França Dória, Chefe de Divisão da Divisão de Gestão não Docente dos Serviços e Escolas Básicas e Secundárias da Direcção Regional de Administração Educativa.

Vogais Suplentes:

- Carlos Miguel Vasconcelos Ponte, Técnico Superior da Direcção Regional de Administração Educativa;
- Lúcia Fernandes Mendonça, Técnico Superior da Direcção Regional de Administração Educativa.

Direcção Regional de Administração Educativa, aos 2 de Junho de 2010.

O DIRECTOR REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA,
Jorge Manuel da Silva Morgado

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direcção Regional da Administração da Justiça.

PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fracção de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda	€ 15,91 cada	€ 15,91;
Duas laudas	€ 17,34 cada	€ 34,68;
Três laudas	€ 28,66 cada	€ 85,98;
Quatro laudas	€ 30,56 cada	€ 122,24;
Cinco laudas	€ 31,74 cada	€ 158,70;
Seis ou mais laudas	€ 38,56 cada	€ 231,36

A estes valores acresce o imposto devido.

EXEMPLAR

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

ASSINATURAS

	<u>Anual</u>	<u>Semestral</u>
Uma Série	€ 27,66	€ 13,75;
Duas Séries	€ 52,38	€ 26,28;
Três Séries	€ 63,78	€ 31,95;
Completa	€ 74,98	€ 37,19.

Aestes valores acrescentem os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de Janeiro) e o imposto devido.

EXECUÇÃO GRÁFICA

Divisão do Jornal Oficial

IMPRESSÃO

Divisão do Jornal Oficial

DEPÓSITO LEGAL

Número 181952/02

Preço deste número: € 6,03 (IVA incluído)